

PDUH 2040

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
HABITACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CADERNO REGIONAL

PIRACICABA - CAMPINAS - JUNDIAÍ



APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (PDUH) é um instrumento de Planejamento do Desenvolvimento Urbano e da Habitação no Estado de São Paulo que visa reconhecer as dinâmicas e necessidades dos municípios e regiões para orientar políticas e investimentos públicos, orientando a elaboração dos Planos Plurianuais.

Busca realçar potencialidades e mitigar vulnerabilidades territoriais, estabelecendo um ambiente de Planejamento e Gestão do território, e consolidando o papel articulador do Estado. Trata-se da oportunidade de revisão do Plano Estadual de Habitação (PEH 2011-2023) que estabelecia estratégias e metas para a eliminação progressiva do déficit habitacional, conciliando ações interfederativas públicas com a participação da iniciativa privada.

Propõe acrescentar novos conceitos à provisão habitacional, através de uma visão mais abrangente e contemporânea, informando e orientando os municípios e regiões pelo fortalecimento de três eixos de atuação: Urbanismo e Habitação Social, Infraestrutura e Mobilidade, e Meio Ambiente e Mudança do Clima, em diversas escalas, para o estabelecimento de cidades seguras, resilientes, inclusivas, prósperas e sustentáveis.

Para o seu pleno desenvolvimento prevê a configuração de banco de dados geoespaciais em plataforma colaborativa e monitoramento de metas, considerando os parâmetros

internacionais de desenvolvimento urbano sustentável (Nova Agenda Urbana e ODS-ONU), adaptados à realidade regional. Propõe a elaboração de análises temáticas e integradas, além de índices para o subsídio de tomada de decisão no Planejamento.

Traz a mudança no paradigma do Planejamento Urbano, ratificando a escala humana, o processo incremental de Planejamento e a importância dos espaços livres públicos como elementos essenciais de qualificação das cidades. Incorpora as recomendações de diferentes manuais e Planos recentemente elaborados, bem como reconhece a experiência da CDHU no atendimento habitacional às regiões atingidas por desastres climáticos extremos, defendendo o olhar para unidades territoriais, seja uma cidade, uma região ou um bairro, com seus sistemas de funcionamento e redes sociais.

O PDUH 2040 busca recuperar o planejamento territorial como escala estratégica de alcance estadual, organizando os temas comuns a uma região, bem como a relação inter-regional em favor da identificação de suas potencialidades e vulnerabilidades. Para sua elaboração, portanto, é colocado o desafio do processamento das variáveis disponíveis por diferentes fontes, em escala supra municipal com impacto intraurbano.

Para as regiões metropolitanas, o Estatuto da Metrópole¹ já se constitui como o documento que estabelece diretrizes gerais para o Planejamento, a Gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC)². Nessa direção, a elaboração do PDUH

¹ Lei Federal nº 13.089/2015

² A FPIC é definida como a “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes”

propõe uma metodologia análoga, que aponta para o papel articulador das centralidades urbanas, e considera, também, os aspectos da transformação territorial abarcada pelas regiões rurais.

Com o intuito de gerir as FPIC, foi estabelecido, pelo Estatuto a necessidade de cada região metropolitana e aglomeração urbana desenvolver um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como instrumento de Planejamento e de Gestão interfederativa.

Tais planos, elaborados entre 2015 e 2022, estabeleceram ainda o Macrozoneamento das unidades territoriais, sendo que cada município constituinte da região metropolitana ou aglomeração urbana deveria compatibilizar seu Plano Diretor a tal instrumento de planejamento³.

Em seu processo de construção, o PDUH elaborou, primeiramente, os **Cadernos Temáticos**, consolidando um amplo quadro de referência e, ao mesmo tempo, delimitando as principais questões estratégicas de cada tema. Com o objetivo de formular o diagnóstico regional, essas questões estratégicas deverão ser analisadas de forma integrada e transversal, com destaque para a dimensão físico-territorial e dinâmica socioeconômica. Os **Cadernos Regionais** deverão apontar as questões regionais estratégicas, destacando as potencialidades e fragilidades resultantes da análise dos eixos temáticos do PDUH.

Para o desenvolvimento dos Cadernos Regionais resgata-se a metodologia utilizada no desenvolvimento dos PDUI, dividindo

agora o estado em **Nove Regiões**, a partir da atuação da CDHU no Estado, pautada pelos objetivos e parâmetros postos nos Cadernos Temáticos, consolidando o conjunto de bases orientadoras do PDUH 2040, estabelecendo-se os subeixos de análises multitemáticas.

Nesse sentido, considerando as evidências apontadas nos cadernos temáticos, os eixos do PDUH foram reorganizados em subeixos:

1. Dinâmica Ambiental;
2. Desenvolvimento Socioterritorial;
3. Mobilidade e Infraestrutura Urbana e Social; e
4. Mudanças Climáticas e Vulnerabilidade Socioterritorial.

Estes condicionam o diagnóstico regional para que componham um quadro de referências de apoio às análises que priorizem as Mudanças Climáticas e a Vulnerabilidade Socioterritorial, que trata da questão central do PDUH: **o enfrentamento da precariedade habitacional e urbana** no Estado de São Paulo.

O PDUH, ao assumir o protagonismo da política de desenvolvimento urbano para além da simples provisão habitacional, incorpora também questões contemporâneas, como a necessidade urgente de adaptação do território às mudanças climáticas e de enfrentamento das desigualdades socioterritoriais produzidas por iniquidades sociais históricas.

Ribeirão Preto, Piracicaba, São José do Rio Preto, Jundiaí), além da aglomeração urbana de Franca.

³ No Estado de São Paulo, estão instituídas nove regiões metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba,

Este material tem por objetivo a consolidação de diagnóstico sintético da Regionalização atualmente utilizada pela CDHU, tanto sob o ponto de vista físico-territorial, como de dinâmicas mais significativas apontadas nos Cadernos Temáticos. A partir deste diagnóstico deverão ser apontadas as principais fragilidades e potencialidades regionais, além de elencar diretrizes para intervenções futuras.

O conteúdo deste documento foi dividido em dois grandes grupos, sendo o primeiro apresentando uma síntese acerca das características da região, com comentários mais objetivos (Ficha Resumo), e o segundo trazendo o detalhamento acerca do

cruzamento das informações e variáveis analisadas, como forma de facilitar a análise e a abordagem das soluções para as questões regionais (Caderno Regional).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1. INSERÇÃO REGIONAL	6
2. QUADROS SÍNTESE DE SEUS PRINCIPAIS ATRIBUTOS	10
2.1. DINÂMICA ECONÔMICA	11
2.2. DINÂMICA AMBIENTAL	14
2.3. DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	18
2.4. DINÂMICA URBANA E CENTRALIDADES	22
2.5. TRANSPORTE E MOBILIDADE	26
2.6. INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA	29
2.7. NECESSIDADES HABITACIONAIS	32
3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO REGIONAL	35

A stylized map of Brazil is shown in the background, rendered in a dark blue color. A specific region in the center-east of the country is highlighted in a lighter shade of blue. Overlaid on the lower-left portion of the map is the text "1. INSERÇÃO REGIONAL" in a bold, white, sans-serif font.

1. INSERÇÃO REGIONAL

A Região de Piracicaba – Campinas – Jundiaí abriga uma população **de 6.881.759 habitantes e é formada por 85 municípios**: Águai, Águas da Prata, Águas de Lindóia, Águas de São Pedro, Americana, Amparo, Analândia, Araras, Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cabreúva, Caconde, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Casa Branca, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Cosmópolis, Divinolândia, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Ipeúna, Iracemápolis, Itapira, Itatiba, Itobi, Itupeva, Jaguariúna, Jarinu, Joanópolis, Jundiaí, Leme, Limeira, Lindóia, Louveira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Morungaba, Nazaré Paulista, Nova Odessa, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, Piracicaba, Pirassununga, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, Santo Antônio de Posse, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Pedro, São Sebastião da Gramma, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Tapiratiba, Tuiuti, Valinhos, Vargem, Vargem Grande do Sul, Várzea Paulista, Vinhedo.

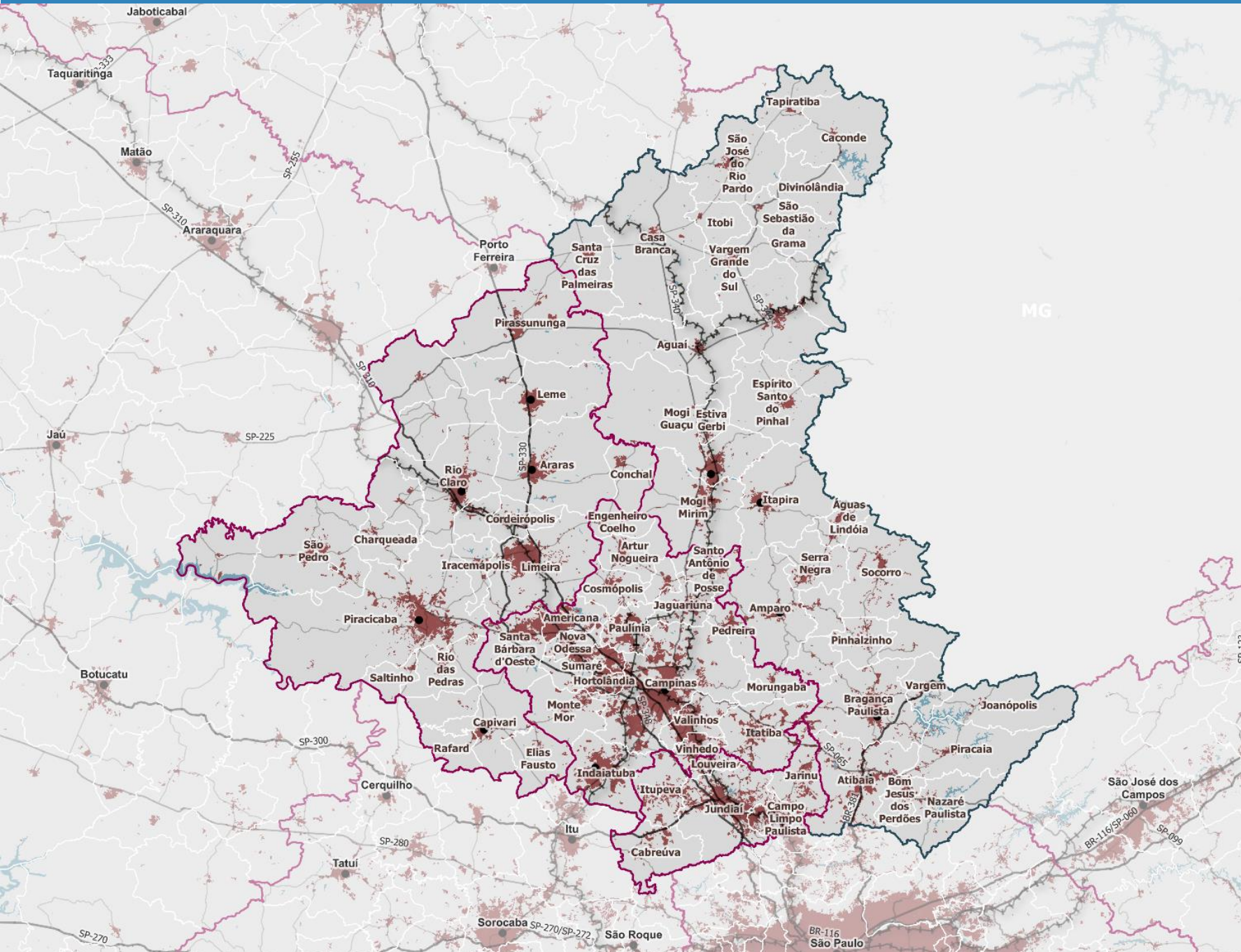
Localizada no centro-leste do Estado de São Paulo, em seu território estão inseridas a totalidade das Regiões Metropolitanas de Piracicaba (RMP), criada pela Lei Complementar Estadual nº 1.360 de 24 de agosto de 2021, de Campinas (RMC) criada pela Lei Complementar nº 870 de 19 de junho de 2000 e pela Lei Complementar nº 1.234 de 14 de março de 2014, e de Jundiaí (RMJ)

criada pela Lei Complementar Estadual nº 1.362 de 30 de novembro de 2021. As populações de Piracicaba, Campinas e Jundiaí, municípios polos das Regiões metropolitanas, totalizam respectivamente 423.323, 1.139.047, e 443.221 habitantes (IBGE, 2022), e representam somadas 29,14% da população total da Regionalização Piracicaba – Campinas – Jundiaí.

Entre as Regiões Metropolitanas, a região de Campinas possui 20 municípios e concentra a maior população: 3.178.601 habitantes ou 46,19% da região, seguida pela região de Piracicaba, com 24 municípios e 1.519.024 habitantes (22,07% do total regional). Por fim, a Região Metropolitana de Jundiaí agrega 7 municípios e 843.633 habitantes, 12,25% do total regional. Ao todo 60% dos municípios deste recorte territorial integram Regiões Metropolitanas, que juntos concentram 80,5% da população residente na região.

Os sete maiores municípios (Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Limeira, Sumaré, Indaiatuba e Americana) estão localizados em Regiões Metropolitanas e somam 3.069.993 habitantes, o que representa 44,61% do total da Região de Piracicaba – Campinas – Jundiaí.

Entre os municípios não localizados em RMs, destacam-se Bragança Paulista, Atibaia e Mogi Guaçu cujas populações estão na faixa entre 150 e 180 mil habitantes.



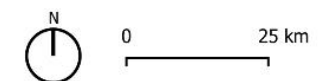
INSERÇÃO REGIONAL

Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Centralidades Regionais
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Est. Terciária Estadual
 - Rod. Secundária
 - Rod. Principal
 - ++++ Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Limites Administrativos
 - Limites Municipais
 - Regiões Metropolitanas
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo
 - Unidades da Federação



Informações:

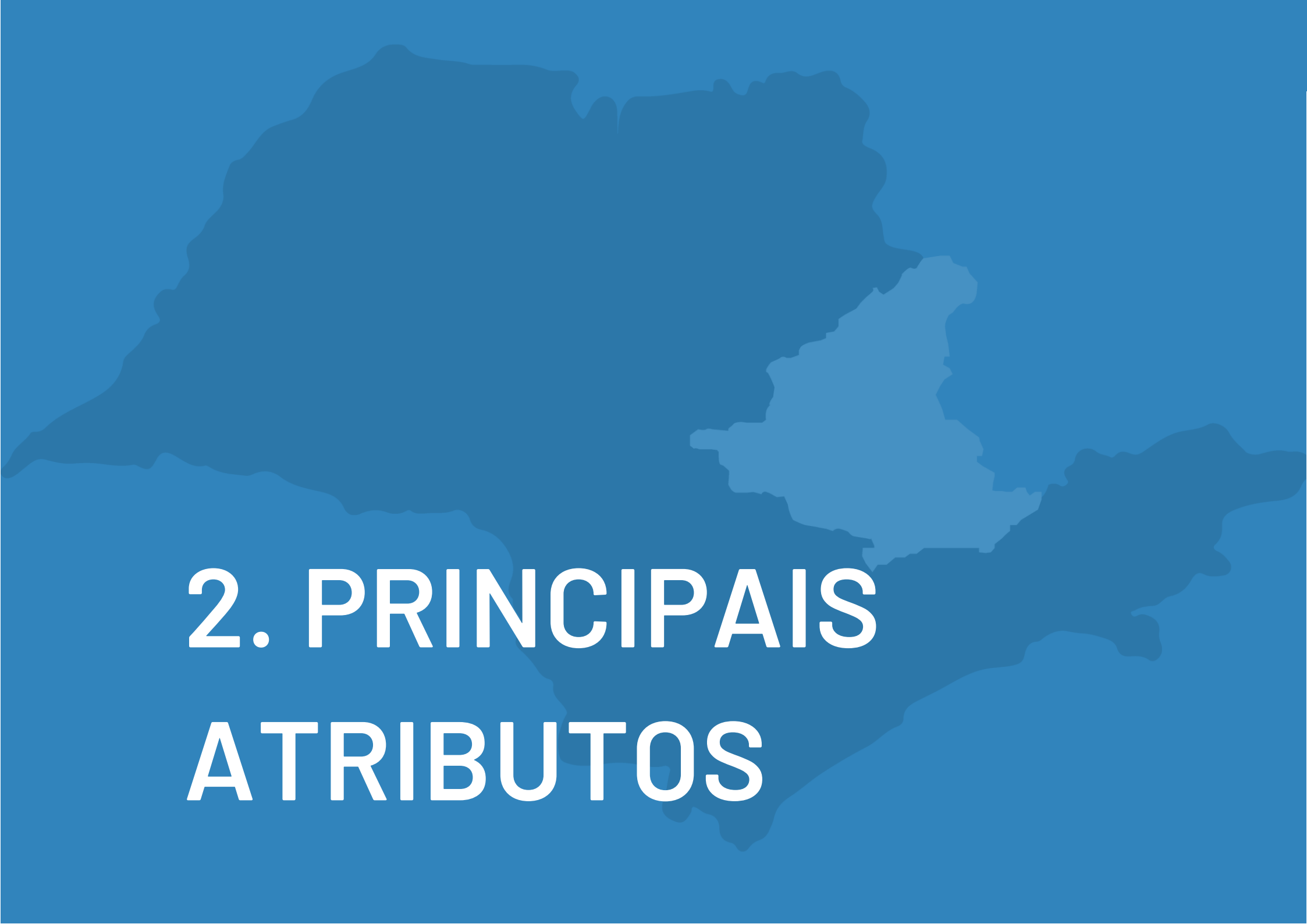
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Quadro Socioeconômico

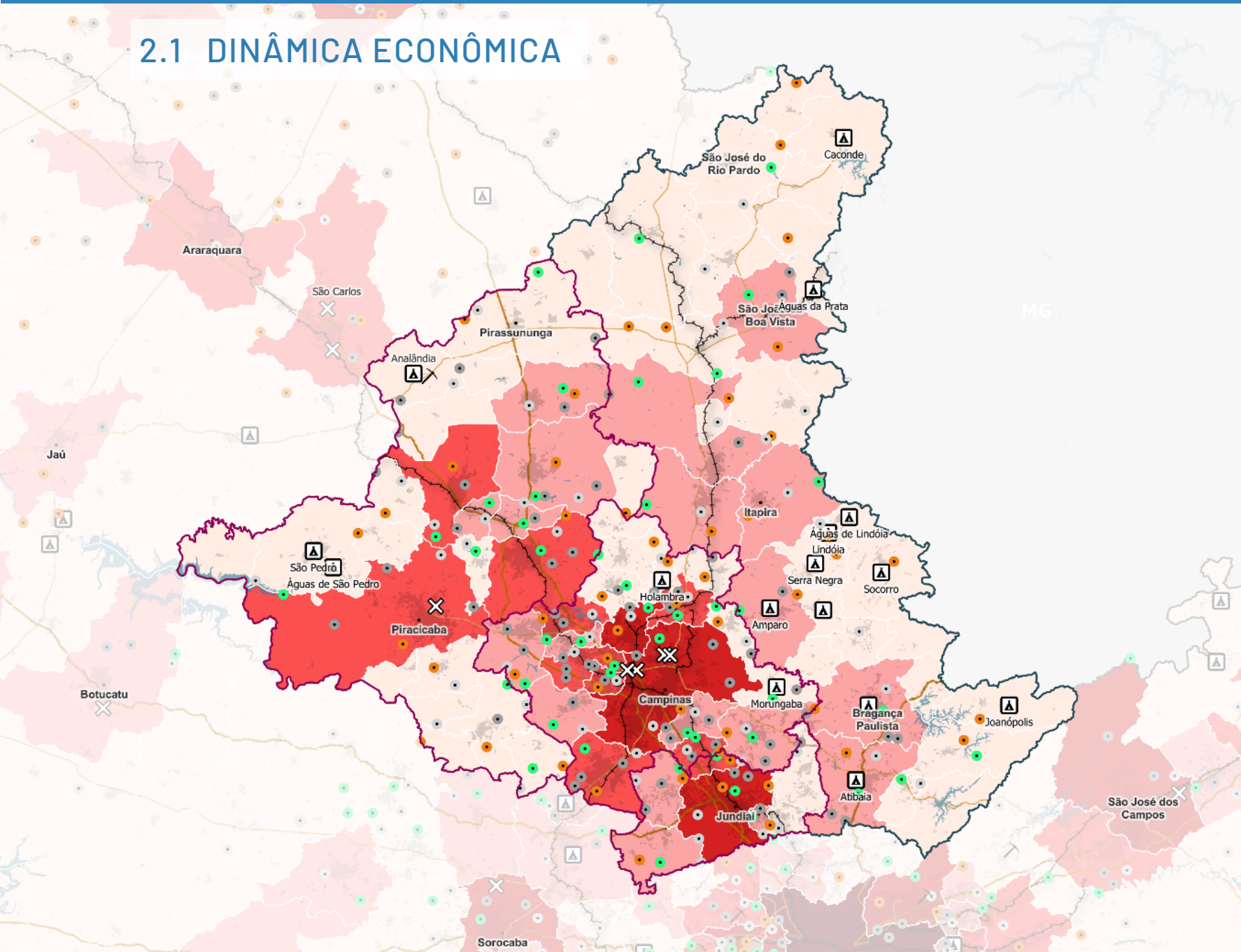
	Regionalização PCJ	% no ESP	ESP
Extensão Territorial (2022)	23.695 km ²	9,55%	248.219,49 km ²
População (2022)	6.881.759	15,5%	44.411.238 hab.
Densidade (2022)	290,4 hab./km ²	-	178,92 hab./km ²
Grau de urbanização	96,16%	-	96,82 %
PIB 2021(R\$ milhões)	529.238	19,46%	2.719.751,23
PIB per capita 2021(mil R\$)	76,90	-	61,24
Área urbanizada (2023)	1.719,88	21,44%	8.019,94 km ²
Cana de açúcar (2023)	3.878,63	6,95%	55.733,89 km ²
Café (2023)	224,95	19,71%	1.141,05 km ²
Pastagem (2023)	4.422,30	10,42%	42.441,08 km ²
Vegetação nativa (2023)	3.822,71 km ²	7,41%	51.561,73 km ²
Tx. crescimento geométrico anual População (2022-2010)	1%	-	0,61%
Tx. crescimento geométrico anual Área Urbanizada (2022-2010)	0,15%	-	1,24%
Rede de Centralidades	19 centros	25%	76 centros

Elaboração: Fipe, 2025

A stylized map of Brazil is visible in the background, rendered in a darker shade of blue against the main background color. The map shows the outline of the country, including its major islands and coastal features.

2. PRINCIPAIS ATRIBUTOS

2.1 DINÂMICA ECONÔMICA



SÍNTESE DA DINÂMICA ECONÔMICA

Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Polos de Desenvolvimento (SDE, 2019)

- AgriTech, Aeroespacial e Serviços de TI
- Alimentos e Bebidas
- Metal-Metalúrgico, Máquinas e Equipamentos
- Químico, Borracha e Plástico
- ⊗ Parque Tecnológico (InvesteSP, 2025)
- ▲ Estâncias Turísticas (SETURV, 2024)

Mineração (ANM, 2024)

- ↗ Destaque Estadual

PIB Municipal (Bilhões - IBGE, 2021)

- 0 - 3
- 3 - 11
- 11 - 35
- 35 - 86

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

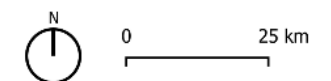
Limites Municipais

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo

Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A segunda região mais pujante, do ponto de vista econômico, do estado de São Paulo, é formada, majoritariamente, pelos municípios pertencentes a três regiões metropolitanas: Campinas (RMC), Jundiaí (RMJ) e Piracicaba (RMP). Representa 19,5% do PIB e 15% dos empregos formais do estado. A Região Metropolitana de Campinas responde, sozinha, por 50,4% do PIB regional. Os principais polos regionais são Campinas e Paulínia, na RMC, e os municípios sede das outras regiões metropolitanas.

A economia local é bastante diversificada, com destaque na agropecuária, na indústria, nos serviços, na mineração e no turismo. A indústria está concentrada nas três regiões metropolitanas, destacando-se, como principais setores, de acordo com o Valor de Transformação Industrial (VTI), a fabricação de produtos derivados do petróleo, de produtos químicos, de produtos alimentícios, e de veículos automotores. O principal município industrial da região é Paulínia, na RMC, concentrando 22,3% do VTI, que sedia a maior refinaria em capacidade de processamento de petróleo do Brasil. Ainda na RMC, destacam-se Campinas, na fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, e Indaiatuba, em máquinas e equipamentos. Na RMJ, o município polo é relevante na fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, enquanto na RMP, destacam-se Piracicaba, o segundo maior VTI da região, principalmente na fabricação de máquinas e equipamentos, e Limeira e Rio Claro, na de veículos automotores.

Campinas se destaca como grande polo de Ciência e Tecnologia, com quatro Parques Tecnológicos instalados. O Parque Científico e Tecnológico da Unicamp tem, como principais setores, agricultura e alimentos, química e biotecnologia, e tecnologia da informação. O Pólis de Tecnologia, criado pelo Centro de Pesquisa e

Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), tem foco nos segmentos Internet das Coisas, Inteligência Artificial, Conectividade, Blockchain e Mobilidade Elétrica. O Parque Tecnológico do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer é uma unidade de pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, dedicada aos eixos temáticos Indústria 4.0, Saúde Avançada, Tecnologias Habilitadoras e Governo Digital. Já o Techno Park de Campinas abriga empresas das áreas de Automação, Automotivo e Processos Industriais, Bioeconomia, Medicamentos e Equipamentos Médicos, Logística 4.0, entre outras.

Há, também, o Parque Tecnológico de Piracicaba, gerido pelo Arranjo Produtivo Local do Álcool, que busca o desenvolvimento e a inovação tecnológica no agronegócio, com foco nos segmentos de Bioenergia, Biotecnologia e Bioprodutos. Abriga empresas, hubs e instituições de ensino e pesquisa, destacando-se a ESALQtec – Incubadora Tecnológica, a Fatec Piracicaba e o campus do Instituto Federal de São Paulo.

A participação da região vem aumentando nos Serviços Intensivos em Conhecimento (SICs), um subconjunto dos serviços voltado para o atendimento às demandas das empresas, instalado fora das indústrias. Estão relacionados a informação e conhecimento, sem envolvimento com a produção manufatureira. Pela presença dos parques tecnológicos, de universidades de renome e centros de pesquisa, destacam-se, na região, os SICs tecnológicos, que são as atividades de tecnologia da informação, telecomunicações, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das ciências físicas e exatas, serviços de arquitetura e ensaios de materiais, especialmente na RMC. O setor de serviços também tem importância na RMJ, cuja localização estratégica, com boa ligação rodoviária aos maiores mercados consumidores do estado, proporcionou a instalação de

centros de distribuição e armazenamento de diversos segmentos produtivos.

Já os municípios localizados fora das regiões metropolitanas têm, como atividade principal, a agricultura, representando 43,1% do Valor Adicionado do setor na regionalização. A principal cultura é a de laranja, sendo que a região é a segunda maior produtora do estado. Esses municípios representam 61% da área colhida total, com destaque para Casa Branca, Mogi Guaçu, Aguaí e Mogi Mirim. Pertinente mencionar, ainda, a fruticultura na RMJ, nos municípios de Itupeva, Jarinu, Jundiaí e Louveira.

Importante atividade geradora de emprego e renda, o turismo tem grande relevância para os municípios fora das regiões metropolitanas, sendo 11 deles classificados como estâncias turísticas. Águas da Prata, Águas de Lindóia, Amparo, Serra Negra e Socorro são famosas por suas águas com propriedades medicinais; Joanópolis é notória pela presença da segunda maior cachoeira do estado; Lindóia conta com atividades náuticas e turismo de aventura; e Bragança Paulista tem práticas de turismo sustentável e ecoturismo. Ainda há Atibaia, que pertence ao Circuito das Frutas, e Caconde e Monte Alegre do Sul, que oferecem diversos tipos de atividades turísticas. A RMC possui duas estâncias turísticas, Holambra, a famosa colônia holandesa conhecida como “Cidade das Flores”, e Morungaba, também integrante do Circuito das Frutas. Já a RMP tem três estâncias: Águas de São Pedro, com suas fontes d’água para tratamento medicinal; Analândia, contando com atividades voltadas ao turismo ecológico e de aventura; e São Pedro, famosa pelo balonismo.

Na mineração, o município de Analândia é o oitavo maior arrecadador do estado da Compensação Financeira pela

Exploração Mineral (CFEM), indicador indireto para a presença da atividade numa região. O principal produto extraído é a areia, voltada para os segmentos de construção civil, vidro e silicatos. Sobressai-se também a produção de água mineral em Lindóia e Águas da Prata. Importante destacar, ainda, a extração de argilas na RMP, que abastece o Polo Cerâmico de Santa Gertrudes, maior polo minero-cerâmico do país, especializado em pisos e revestimentos. As maiores reservas de argila da região localizam-se em Rio Claro, Cordeirópolis, Santa Gertrudes e Charqueada.

A região tem grande representatividade nos Polos de Desenvolvimento do estado, mapeados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, aparecendo em 10 dos 12 existentes. Vários municípios da região estão abarcados nesses polos, com destaque para Metal-Metalúrgico, Máquinas e Equipamentos (53 municípios); Alimentos e Bebidas (51 municípios); Químico, Borracha e Plástico (45 municípios); e Agritech, Aeroespacial e Serviços de TI (41 municípios).

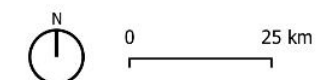
MEIO AMBIENTE ATRIBUTOS

Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí
ESTADO DE SÃO PAULO



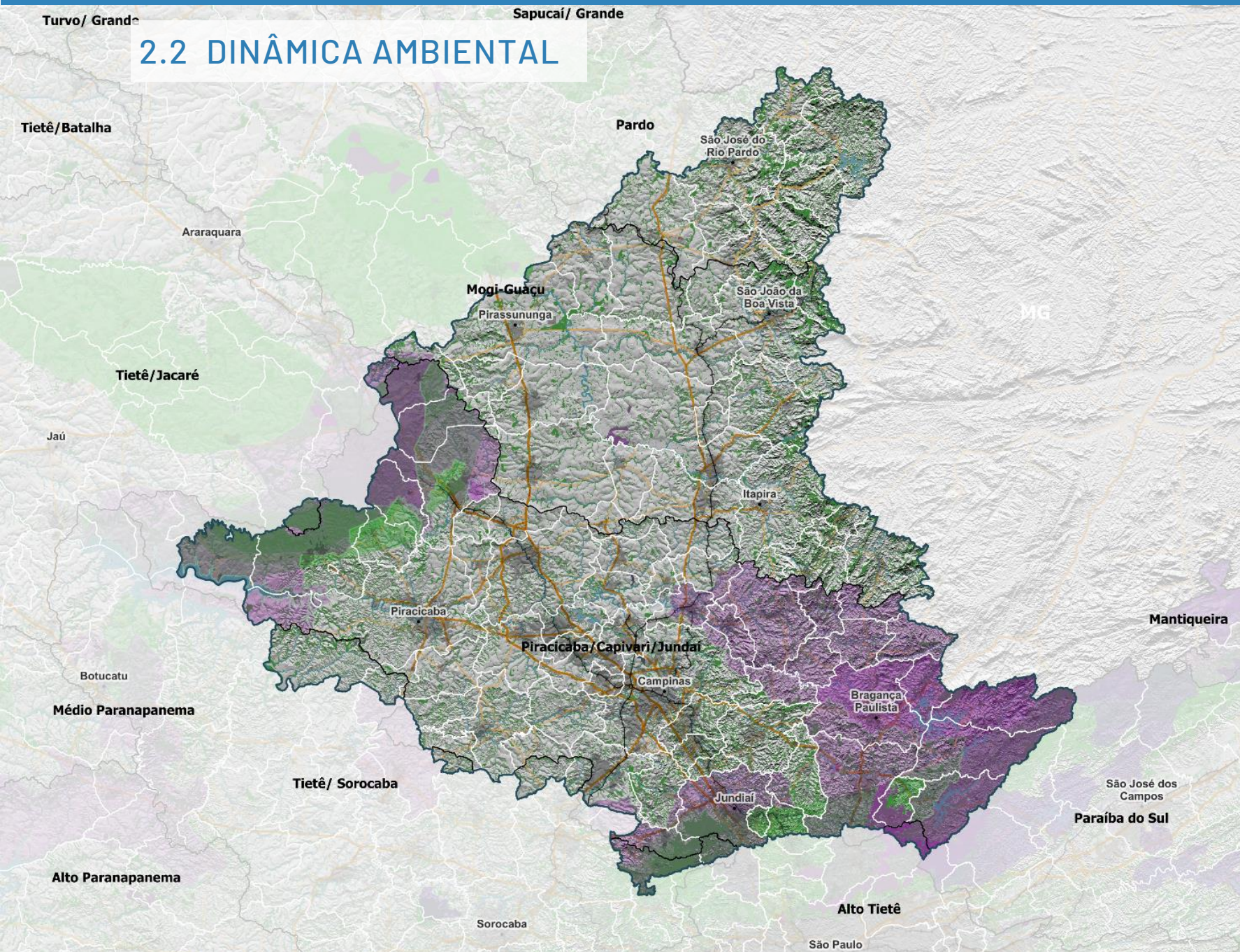
LEGENDA:

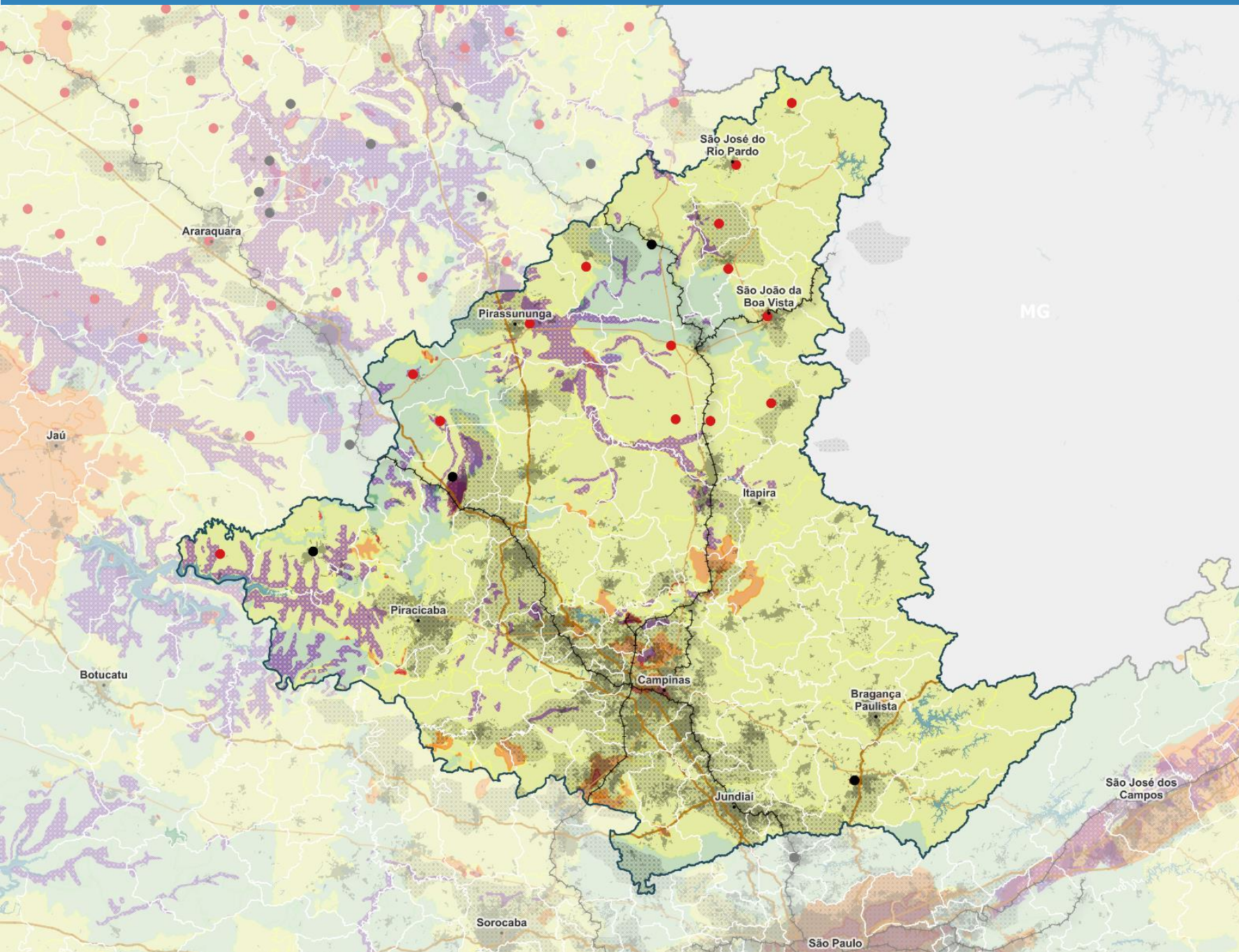
- Áreas com Maior Indicação para Incremento da Conectividade (BIOTA FAPESP, 2008)
- Inventário Florestal (SEMIL, 2020)
- Unidades de Conservação (ICMBio, 2024)
- Unidades de Conservação de Proteção Integral (Fundação Florestal, 2022)
- Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Fundação Florestal, 2022)
- Comunidades Quilombolas (INCRA, 2022)
- Limites UGRHIs - Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DAEE, 2019)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Corpos d'Água (IBGE, 2023)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Limites Administrativos
- Limites Municipais



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

2.2 DINÂMICA AMBIENTAL





MEIO AMBIENTE VULNERABILIDADE

Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Porcentagem de Vegetação Nativa em APPs Hídricas-ZEE (SEMIL, 2022)



Áreas de Vulnerabilidade de Aquíferos (DAEE, 1997)

Balanco Hídrico Quali-Quantitativo (ANA, 2016)
Criticidade quali-quantitativa

Risco de incêndio florestal por município (Semil, 2022)



Área Urbanizada (IBGE, 2019)
Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias
Rodovias Principais
Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

Limites Municipais
Estado de São Paulo
Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí desempenha um papel estratégico para a segurança hídrica do Estado de São Paulo, abrigando uma extensa rede formada pelos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que compõem a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 05 (UGRHI 05-PCJ). Essa rede hídrica é fundamental não apenas em âmbito regional, mas também estadual, pois abastece o Sistema Cantareira – principal responsável pelo fornecimento de água para cerca de metade da população da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – por meio da transposição de água da UGRHI 05-PCJ para a UGRHI 06-Alto Tietê.

A crise hídrica entre 2013 e 2015 evidenciou a vulnerabilidade dos grandes centros urbanos diante da escassez de recursos hídricos, ressaltando a urgência de uma gestão das águas integrada, sustentável e eficiente.

A cobertura vegetal nativa na região é marcada por grande heterogeneidade. Enquanto áreas como a Região Metropolitana de Jundiaí (RMJ), a sub-bacia do Rio do Peixe e a região de Bragança Paulista apresentam índices mais elevados – com destaque para municípios como Jundiaí, Cabreúva, Serra Negra, Joanópolis e Atibaia –, outras porções do território, especialmente na área central, registram níveis bastante reduzidos. Municípios como Hortolândia, Sumaré, Conchal, Cordeirópolis e Mogi Mirim contam com menos de 10% de cobertura vegetal nativa, composta por remanescentes altamente fragmentados, mas classificados como de alta prioridade para conservação.

A Região Piracicaba-Campinas-Jundiaí abriga importantes Unidades de Conservação de Uso Sustentável, com destaque para diversas Áreas de Proteção Ambiental (APAs), entre as quais se

destacam: APA Piracicaba-Juqueri/Mirim – Área I, APA Piracicaba-Juqueri/Mirim – Área II, APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá – Perímetro Corumbataí, APA Cabreúva e APA Jundiaí. Essas unidades foram instituídas com o objetivo de resguardar atributos ambientais e paisagísticos relevantes, além de proteger mananciais estratégicos para o abastecimento público.

Cabe destacar que a região não conta com a aplicação dos instrumentos previstos na Lei Estadual nº 9.866/1997, ou seja, não possui Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM) formalmente instituídas. Dessa forma, recai sobre os instrumentos das Unidades de Conservação existentes a responsabilidade de assegurar, de forma integral, a proteção e conservação dos recursos hídricos da região.

A intensificação das atividades econômicas e a expansão urbana têm provocado significativa degradação ambiental na região, manifestada pela perda de cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente (APPs) hídricas, pela crescente pressão sobre os mananciais de abastecimento e pelo agravamento dos níveis de poluição do ar.

Um exemplo relevante dessa dinâmica é observado nos municípios de Rio Claro, Cordeirópolis e Santa Gertrudes, onde se localiza o principal complexo ceramista do país. O transporte e o manuseio da argila – principal matéria-prima do setor – contribuem de forma expressiva para a deterioração da qualidade do ar, especialmente devido à emissão de material particulado (MP). Diante desse cenário, a Cetesb tem priorizado a gestão da qualidade do ar nessas localidades, com foco no controle das emissões de MP. Ainda no que se refere à poluição atmosférica por material particulado,

merece destaque o impacto associado ao polo petroquímico localizado no município de Paulínia

Destaca-se, ainda, o elevado risco de ocorrência de incêndios florestais, identificado em mais de 20% dos municípios da região, representando uma ameaça adicional à integridade dos remanescentes de vegetação nativa e aos recursos naturais.

Nesse contexto, torna-se fundamental integrar a preservação ambiental ao planejamento urbano e ao desenvolvimento econômico. A proteção dos recursos hídricos, a ampliação da cobertura vegetal e o controle da poluição atmosférica devem figurar como prioridades nas políticas públicas locais e regionais, sobretudo diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela crescente pressão sobre os ecossistemas.

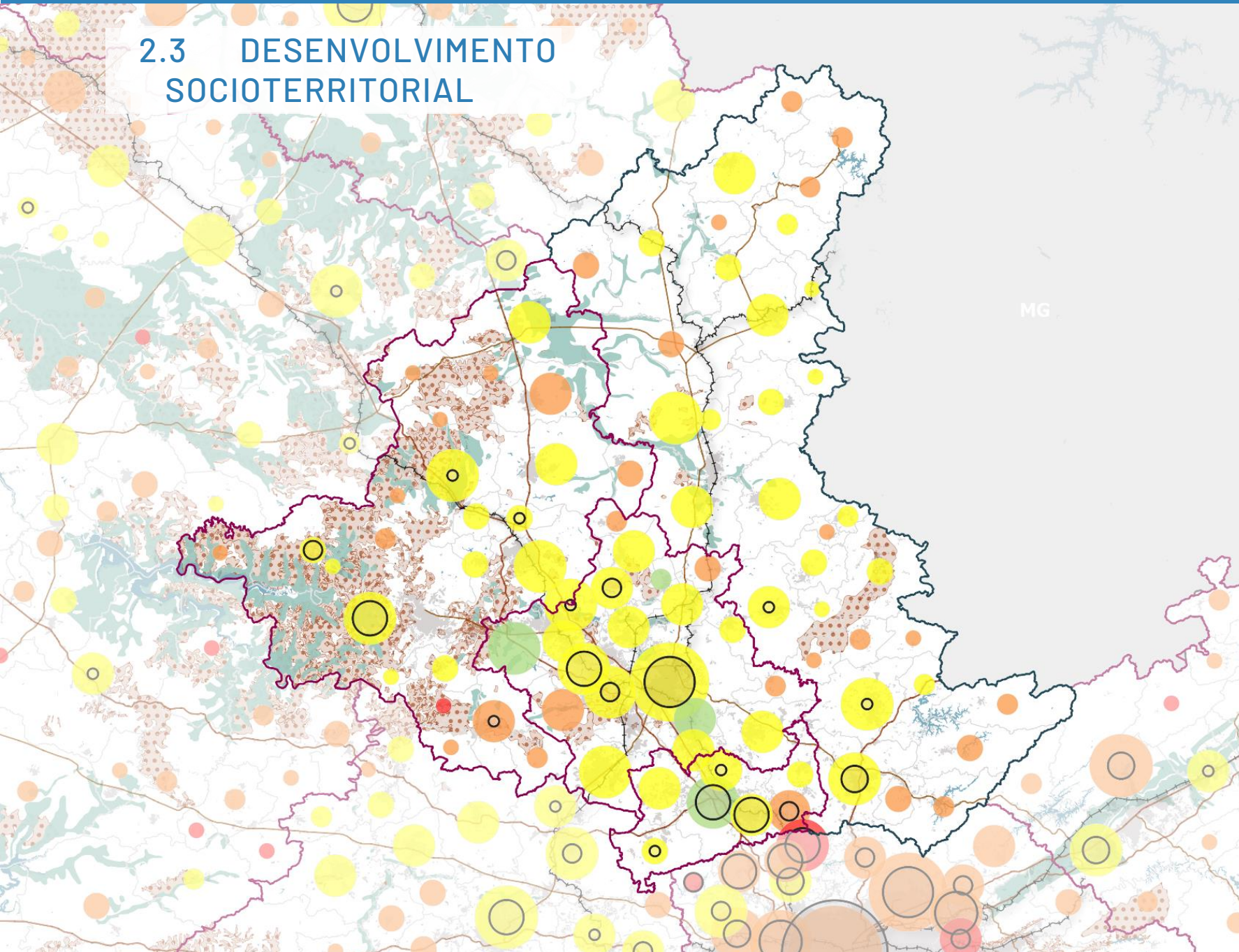
A Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006 e Decreto nº 6.660/2008) enfatiza o papel dos municípios na proteção dos remanescentes desse bioma, por meio de instrumentos de planejamento como os Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMAs). Esses planos indicam áreas prioritárias para conservação, manejo, fiscalização e recuperação ambiental.

A elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMAs), juntamente com a formulação de um Plano Metropolitano de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, configura-se como uma estratégia eficaz para ampliar a proteção ambiental e promover ações articuladas em escala regional.

Nessa mesma perspectiva, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas (PDUI-RMC) propõe a criação da Área Estratégica para Ação Metropolitana (AEAM) de

Conectividade Ambiental, cujo objetivo é promover a conexão entre fragmentos florestais, fortalecendo a biodiversidade, a sustentabilidade e o uso integrado do território para cultura, lazer e proteção ambiental.

2.3 DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

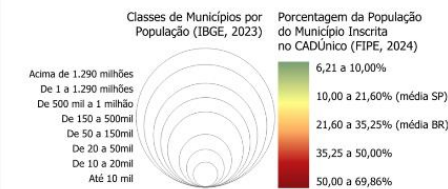


SÍNTESE VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL

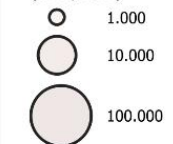
Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Porcentagem da População do Município Inscrita
no CADÚnico e Classes de Municípios por População



População em favelas e comunidades urbanas
(IBGE, 2022)



Áreas de Vulnerabilidade de Aquíferos
(DAEE, 1997)

Suscetibilidade do Solo à Erosão (IPA, 2022)

Muito Alta

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

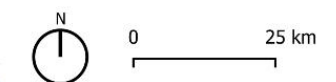
Massas d'água

Regionalização CDHU

Limites Municipais

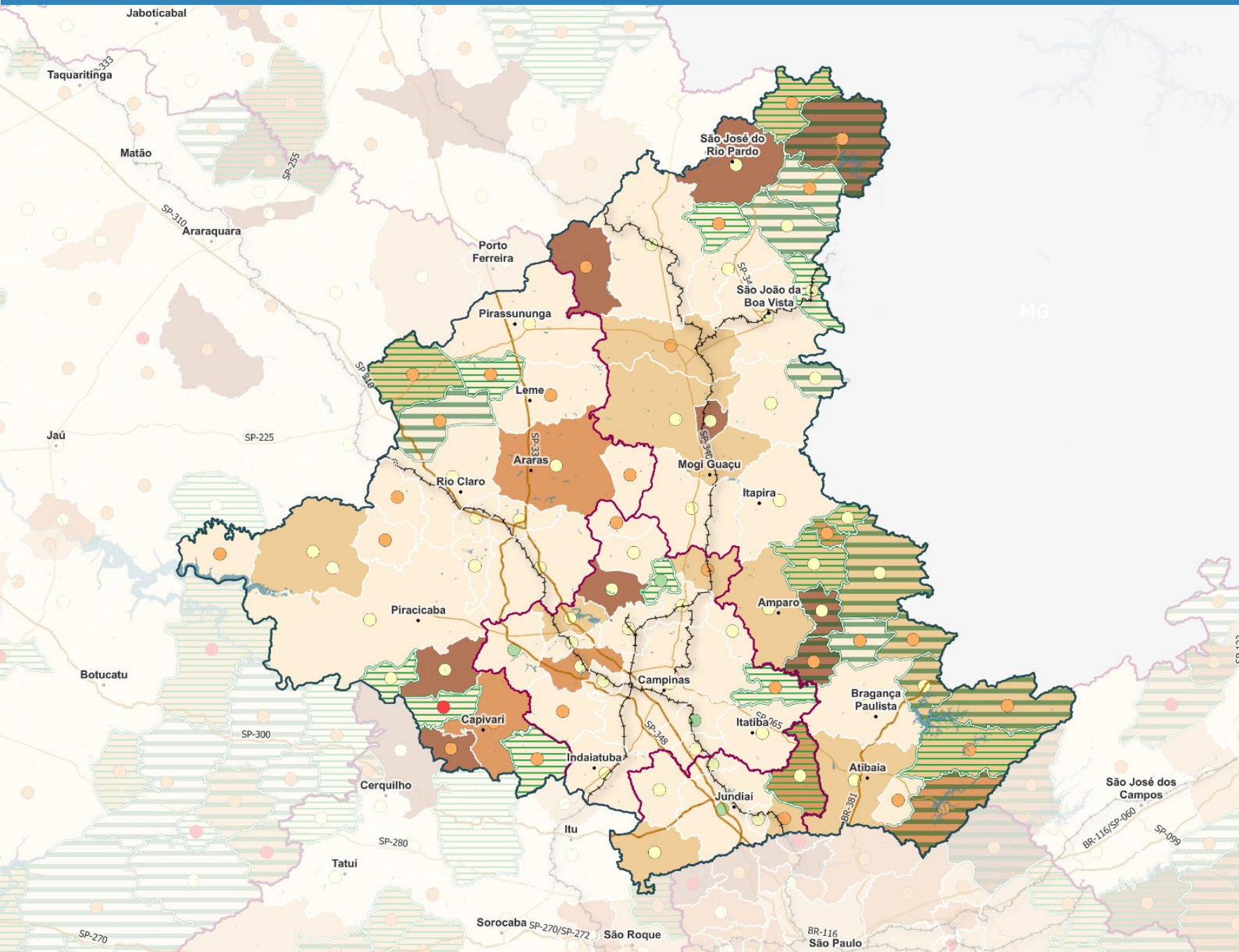
Regiões Metropolitanas

Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



INDICADOR DE COLETA E TRATABILIDADE DE ESGOTO DA POPULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO-ICTEM

Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Porcentagem da população por faixa do CadÚnico

- Até 10%
- Maior que 10% até 21,60% (média ESP)
- Maior que 21,60% até 35,25% (média BR)
- Maior que 35,25% até 50%

Percentual de domicílios rurais (Censo, 2022)

- 10 a 20%
- 20 a 73%

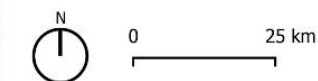
Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município -ICTEM (CETESB, 2022)

- 0,0 - 2,5
- 2,6 - 5
- 5,1 - 7,5
- 7,6 - 10
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O Estado de São Paulo apresenta um cenário complexo de vulnerabilidades socioterritoriais, marcado pela intersecção de desafios ambientais, urbanos e sociais, em diferentes manifestações espaciais e graus de intensidade. Tais dinâmicas demandam estratégias diversas para seu enfrentamento, segundo as particularidades de cada região, mas com diretrizes comuns orientadas pelos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) metropolitanos e pelo Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE-SP) estadual, bem como pelo PDUH 2040 atualmente em desenvolvimento, no qual essa análise insere-se.

A região de Campinas, Piracicaba e Jundiaí, assim, caracteriza-se como um território predominantemente metropolitano, que desvela padrões distintos de vulnerabilidades. Na RMC, as favelas concentram-se no sudoeste de Campinas e naqueles municípios contíguos a essa cidade. A RMP apresenta ocupações irregulares principalmente em Piracicaba, muitas em áreas de risco hídrico. Já na RMJ, a precariedade habitacional acompanha o curso do Rio Jundiaí, com destaque para sua acelerada periferização.

A região enfrenta ainda desafios na qualidade do ar, com poluição industrial em Paulínia (complexo petroquímico) e Santa Gertrudes (complexo cerâmico), por exemplo, e questões relacionadas ao atendimento social a sua expressiva população rural, principalmente nas regiões Bragantina e Mogiana. Diante desse panorama regional, o ZEE-SP ressalta a necessidade de ações com foco em resiliência climática e segurança hídrica, em meio a um território de intensa pressão antrópica sobre seus ecossistemas naturais.

Esse território conta com 16% de sua população inscrita no CadÚnico em situação de pobreza, proporção que atinge 23%

naqueles municípios com até 20 mil habitantes. A população regional em favelas totaliza 216 mil residentes, em comunidades urbanas cujos índices de coleta de esgoto são críticos – fator também decisivo para as comunidades rurais locais, mas por motivos diversos. Destaque para o município de Campinas, com 140 mil habitantes em favelas, ou 12,36% de sua população total, e para Várzea Paulista, com 15 mil residentes em favelas, ou 13,31% de seu total.

O PDUI-RMC aponta em seu diagnóstico que as cidades de Campinas, Hortolândia e Sumaré, abrigam a maior parte das favelas da RMC. O padrão da precariedade encontrada segue o da periferização a partir desse consolidado centro regional. Para além dessa concentração espacial, outros municípios como Engenheiro Coelho, Artur Nogueira e Cosmópolis, ao norte da região, configuram uma ocupação de padrão periférico que se estende a suas áreas rurais, apesar da menor quantidade de domicílios nessas áreas.

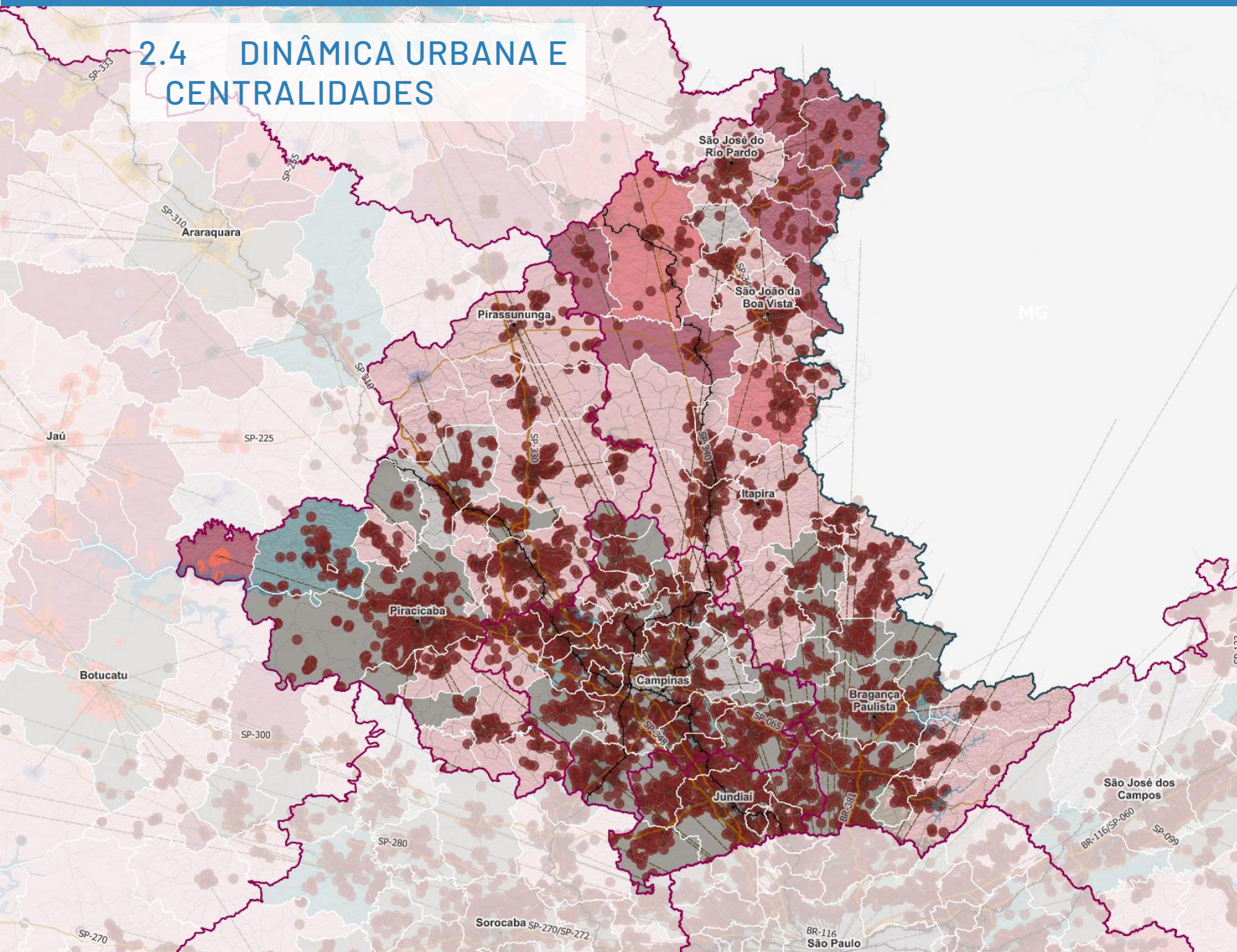
O PDUI-RMP indica favelas em cinco municípios: Capivari, Cordeirópolis, Piracicaba, Rio Claro e São Pedro. A maior concentração é verificada no município polo de Piracicaba. No entanto, em comparação a outras metrópoles estaduais, os números não são expressivos, com o agravante de que parte desses domicílios está associada a riscos de inundação ou deslizamento.

O diagnóstico do PDUI-RMJ aponta a concentração da precariedade habitacional dessa metrópole em Jundiaí, seguido por Várzea Paulista, os municípios mais populosos dessa região. Percebe-se certa continuidade territorial do problema habitacional, acompanhando a conurbação de suas áreas urbanas segundo a várzea do Rio Jundiaí e próxima aos eixos rodoviários e ferroviário

locais. Ali também se concentram as áreas de risco, que estão relacionadas às inundações da várzea, sendo que a RMJ apresenta um número considerável de domicílios em áreas de risco quando comparadas suas área e população e as de outras metrópoles paulistas.

Tais análises são corroboradas pelo Decreto n.º 67.430, de 30 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o ZEE-SP, segundo o qual essa região assim se destaca positivamente em diversos indicadores sociais e econômicos quando comparada a outras regiões do estado, mas, no entanto, nos indicadores que caracterizam as diretrizes de Resiliência às Mudanças Climáticas, Salvaguarda da Biodiversidade e Segurança Hídrica apresenta condição de criticidade ou atenção. Em um cenário em que atividades econômicas e dinâmicas demográficas locais têm ocasionado processos de uso e ocupação do território com intensa degradação ambiental, que ameaçam a conservação e a recuperação dos ecossistemas e de seus serviços ambientais, o que constitui um desafio premente e futuro para o alcance equitativo da qualidade de vida e ambiental a toda população regional.

2.4 DINÂMICA URBANA E CENTRALIDADES



SÍNTESE DINÂMICA URBANA E CENTRALIDADES

Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Relação entre TCGA População e Área Urbanizada (IBGE, 2024; Mapiomas, 2024)

- Decrescimento pop./expansão urb. alta
- Decrescimento Pop./Expansão Urb. Baixa
- Crescimento Pop. Baixo/Expansão Urb. Alta
- Crescimento Pop. Alto e Expansão Urb. Alta
- Crescimento Pop. Baixo/Expansão Urb. Baixa
- Crescimento Pop. Alto/Expansão Urb. Baixa

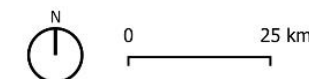
Clusterização de Áreas Urbanizadas (mín. 5un. em 10km)

- Macrometrópole
- Aglomerado de Centralidades
- Aglomerados Esparsos
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rede Urbana da Região

Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

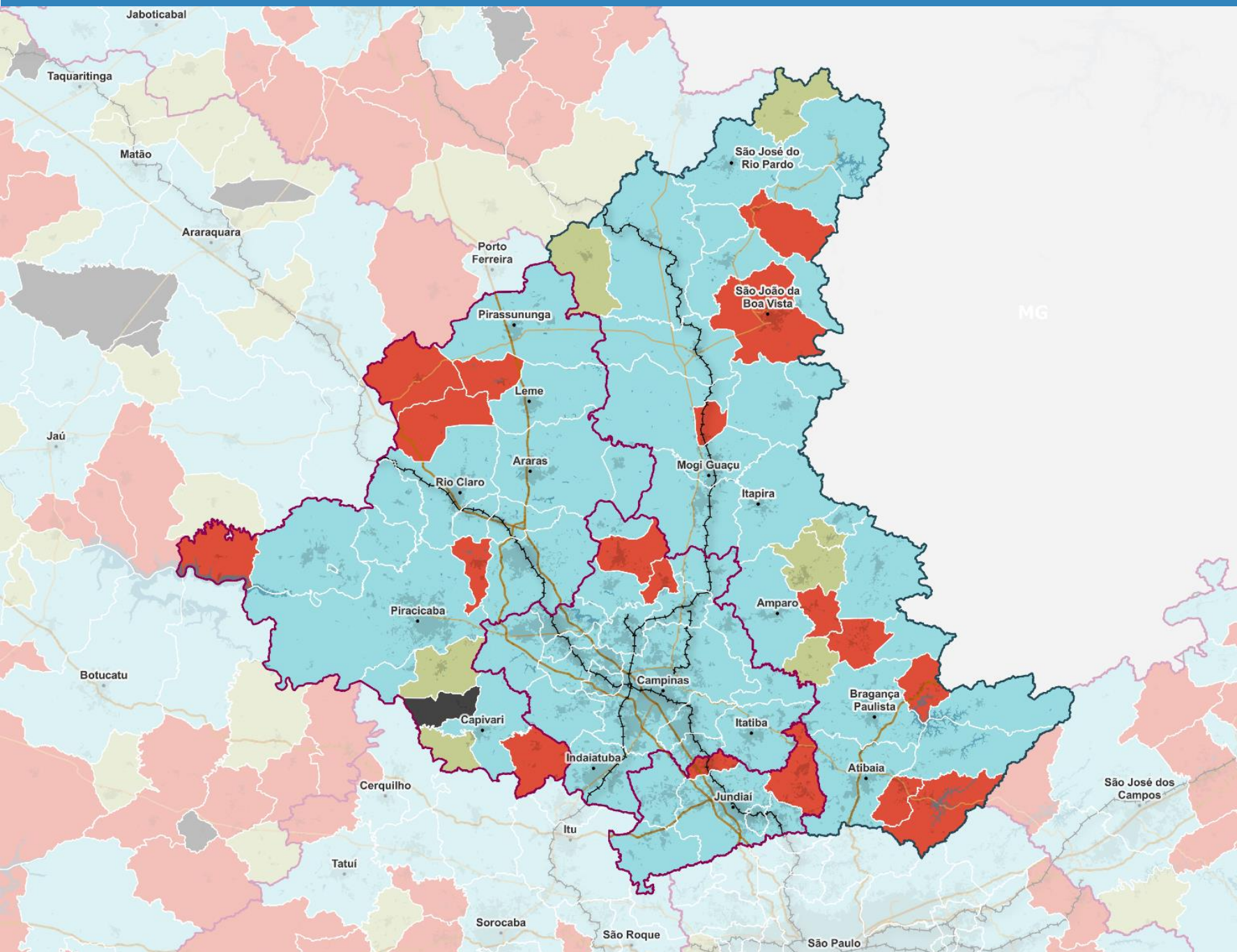
- Estradas Vicinais
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação
- Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



TIPOLOGIA HABITACIONAL COM MAIOR AUMENTO DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

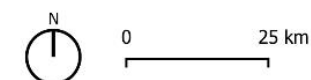
Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Tipologia Habitacional com Maior Aumento Percentual de Participação entre 2010 e 2022 (IBGE 2010; 2022)

- Apartamentos
- Casa
- Casas de Vila e Condomínio
- Sem Variação Positiva
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
 - +—+— Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Administrativos
 - Limites Municipais
 - Regiões Metropolitanas
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo
 - Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A caracterização da configuração espacial do território busca identificar as principais dinâmicas urbano-regionais e os processos de produção e transformação da paisagem.

Esta porção do estado paulista tem características de ocupação, práticas socioespaciais e econômicas ligadas ao espaço urbano conurbado da Macrometrópole Paulista, reunindo 14,9% da população estadual. A regionalização CDHU abrange três Regiões Metropolitanas: Jundiaí, Campinas e Piracicaba, correspondendo ao principal vetor do processo de metropolização e conurbação do interior paulista, junto às rodovias SP-330 e SP-348.

O padrão de ocupação espacial é influenciado por este fenômeno, fazendo com que o padrão da **macrometrópole** seja predominante neste território. Ele acompanha os eixos rodoviários e ferroviários existentes e dará lugar a novos tipos de ocupação nas bordas da regionalização, nos municípios de Analândia, cujo núcleo urbano se caracteriza como **aglomerado esparsos**, e Santa Maria da Serra, cuja sede urbana tem ligação viária com Botucatu, deixando-a mais próxima ao padrão de ocupação dos **aglomerados com centralidades**.

A região apresentou, entre 2022 e 2010, taxa geométrica de crescimento populacional anual de 0,99%, valor superior à média do Estado de São Paulo para o período, equivalente a 0,63% ao ano. A taxa geométrica de crescimento da área urbanizada da regionalização (1,31%) também apresenta valores acima da média estadual (1,24%). Essa complexa dinâmica mescla dispersão urbana através do aumento do número de condomínios que tensionam a expansão da mancha urbana, e tendências de conurbação e adensamento urbano, com verticalização e aumento de domicílios em apartamentos em áreas centrais das maiores cidades.

Analisando conjuntamente as dinâmicas urbana e demográfica, observa-se que 42,3% dos municípios da regionalização apresentaram baixo crescimento populacional aliado à alta expansão urbana e crescimento de domicílios majoritariamente acima da média regional. Esse padrão se localiza prioritariamente na porção central da regionalização, no arco entre Capivari, Pirassununga e Itapira, ao norte, no entorno de São João da Boa Vista e São José do Rio Pardo, e no extremo sul da região, no eixo entre Nazaré Paulista e Joanópolis.

A RMJ, Piracicaba, os municípios no entorno de Campinas e a região de Bragança Paulista se caracterizam pelo alto crescimento populacional e urbano, relacionado a uma ampliação do número de domicílios acima da média regional. Essa expansão das áreas urbanizadas se dá de modo disperso, orientada principalmente pelo sistema rodoviário. Valinhos, Vinhedo, Sumaré e São Pedro são exceções por apresentarem baixas taxas de expansão das áreas urbanizadas entre 2010 e 2022, ainda que o crescimento populacional e de domicílios tenha sido acima da média regional. Esses dois padrões de crescimento refletem a tendência de transbordamento da dinâmica urbana das metrópoles como Campinas e São Paulo para municípios vizinhos com fácil acesso às rodovias Anhanguera e Bandeirantes, fenômeno que deve ser impulsionado com implantação do Trem Inter Cidades (TIC).

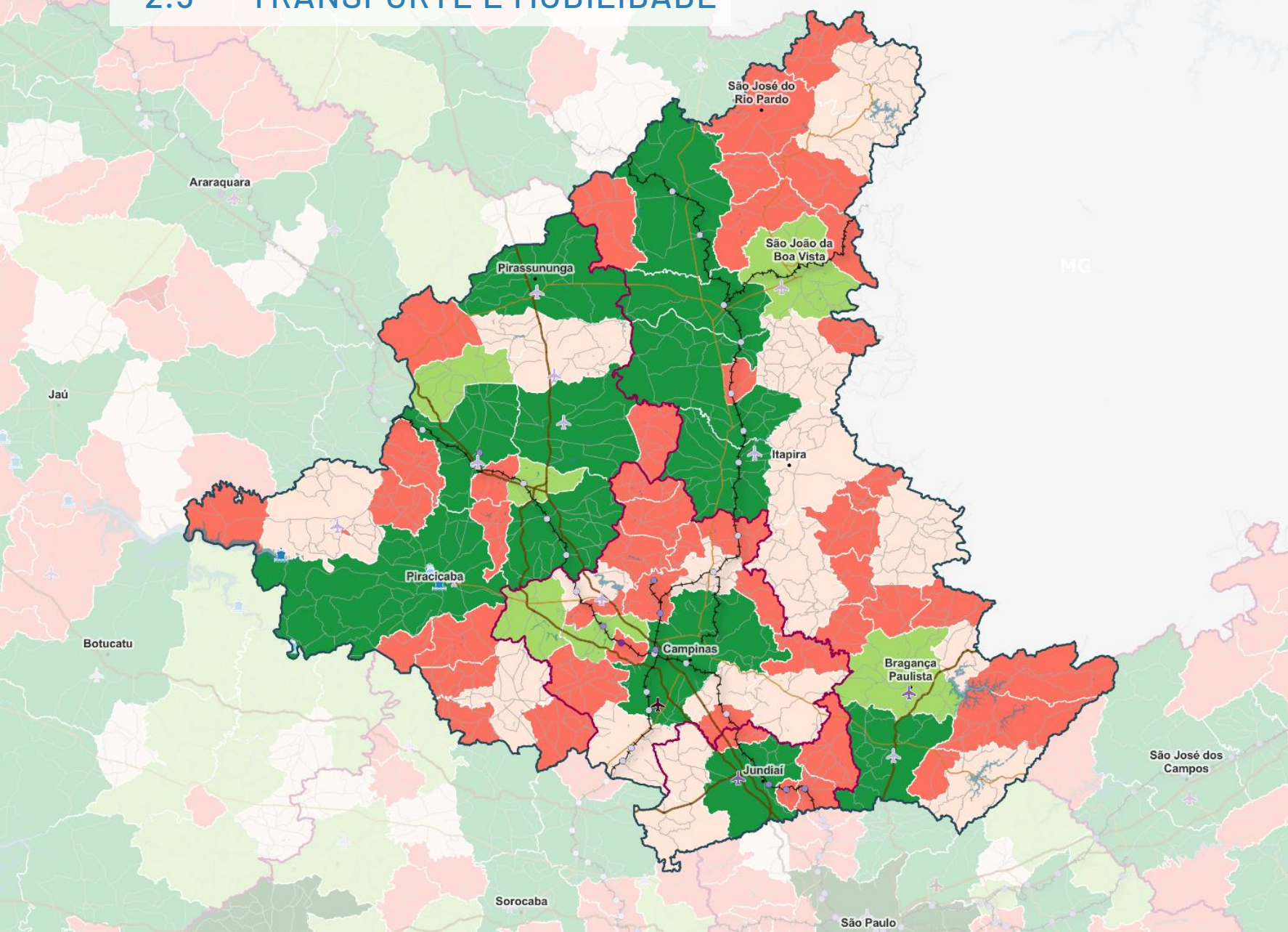
Ao norte da regionalização, existe uma confluência de municípios de pequeno porte com alta expansão urbana apesar do decréscimo populacional e crescimento de domicílios inferior à média regional, a exemplo de São Sebastião da Gramma, Tapiratiba, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Maria da Serra, Águas da Prata, Divinolândia e Aguai, configurando a situação mais crítica da regionalização. Esse fenômeno indica o aumento da oferta de lotes nas franjas de

municípios e urbanização de núcleos isolados, em modelo de urbanização ineficiente e desequilibrado, sem a correspondente conexão com a demanda por novas moradias.

Outros processos de transformação urbana relevantes são a verticalização e ampliação na participação de domicílios em apartamento, em 69,4% dos municípios da região, bem como a ampliação na participação dos domicílios em condomínio, em 21,2% das cidades, com destaque para Jarinu, Bom Jesus dos Perdões, Monte Alegre do Sul e Estiva Gerbi, onde foram identificadas as maiores variações.

O desafio posto para o ordenamento territorial da região abrange, inicialmente, a priorização de elaboração de **Planos Diretores** nos municípios que apresentam obrigatoriedade legal e ainda não os desenvolveram. Posteriormente a esta adequação, a revisão das leis com datas anteriores a 2008 é recomendada, sobretudo visando seu alinhamento com as diretrizes, objetivos e propostas estruturantes definidas pelos PDUI das três regiões metropolitanas englobadas.

2.5 TRANSPORTE E MOBILIDADE

**SÍNTESE DO POTENCIAL DE CONECTIVIDADE E ACESSIBILIDADE**Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Potencial de Conectividade e Acessibilidade (FIPE, 2024)

- Abaixo da Média Estadual
- Na Média Estadual
- Acima da Média Estadual
- Muito Acima da Média Estadual

Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- ✈ Demais Aeródromos
- ✈ Aeroportos Regionais
- ✈ Internacional / Alta Capacidade

Infraestrutura Ferroviária (Min. Transportes, 2023, Rumo, 2025, Mrs, 2025, FCA, 2025, ANTT, 2023)

- Pátio / Ponto de Abastecimento
- Estações e Pátios Autoassistidos
- Terminais e Complexos

Infraestrutura Portuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

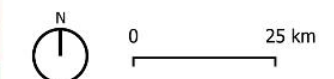
- ⚓ TUP e ETC
- ⚓ Porto Público e Fluvial

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Estradas Terciárias
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
 Projeção: Transversa de Mercator
 Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
 Elaboração: Fipec, 2025

Compreendendo três regiões metropolitanas em seus limites — que, com exceção da porção leste, praticamente a definem em sua totalidade —, e abrigando municípios que, ao longo da história, desempenharam papéis de destaque no Estado de São Paulo e no país, pode-se afirmar que se trata de uma região marcada por uma complexa dinâmica urbana. Essa complexidade se reflete em uma mobilidade multifacetada, influenciada por diversos fatores e, ao mesmo tempo, capaz de influenciá-los.

Em primeiro lugar, a histórica presença da ferrovia, inaugurada em 1867 até Jundiaí e posteriormente ampliada para escoar a produção cafeeira, ainda hoje apresenta certa relevância na região, cortando-a em seu sentido sul-norte em direção ao Oeste Paulista e a outros estados do Brasil.

A opção pelo modo rodoviário, adotada em todo o país, também provocou gradativas transformações no território da região. No caso das Rodovias Principais, essa escolha resultou na implantação de uma malha viária estruturada no mesmo traçado da antiga ferrovia, tendo como principais exemplos as rodovias Anhanguera (SP-330) e Bandeirantes (SP-348).

Não obstante, também se verifica na região a presença de importantes Rodovias Secundárias⁴ onde, entre outras, destacam-se a Rodovia Dom Pedro I (SP-065), Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros (SP-340, conhecida como Campinas-Mogi Mirim), a Rodovia Comendador Mário Dedini (SP-308 conhecida

como Rodovia do Açúcar de Piracicaba⁵) e a SP-225 que recebe variadas denominações⁶ em cada um de seus trechos.

Complementam o contexto de mobilidade da região uma extensa e capilarizada malha de estradas terciárias (segundo a metodologia adotada) e diversos aeroportos, entre os quais se destaca, indiscutivelmente, o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas.

O resultado, em termos do índice de acessibilidade e mobilidade produzido, revela uma grande variação de patamares, com clara tendência à concentração dos mais altos níveis nos principais centros urbanos — em especial nas três cidades-sede das regiões metropolitanas: Campinas, Piracicaba e Jundiaí.

Embora seja razoável supor que essa complexidade demandaria uma melhor estruturação dos órgãos responsáveis pela mobilidade — refletindo-se, entre outros aspectos, em uma maior ocorrência de elaboração de Planos Municipais de Mobilidade Urbana —, a realidade revela certa ambiguidade quanto a essa expectativa.

Por um lado, ainda há municípios na região que, apesar da exigência legal, não elaboraram seus respectivos Planos de Mobilidade Urbana. Por outro, destaca-se que a Região Metropolitana de Campinas foi uma das duas únicas — além da capital paulista — a contar com a atuação da EMTU (recentemente extinta) em seu território, além de abrigar um conjunto de projetos estratégicos de

⁴ Enquadramento dado pela metodologia aplicada na formulação do índice de acessibilidade e conectividade formulado especialmente para esse trabalho.

⁵ Existe outra rodovia com essa denominação informal no Estado de São Paulo que interliga os municípios de Sorocaba e Itu

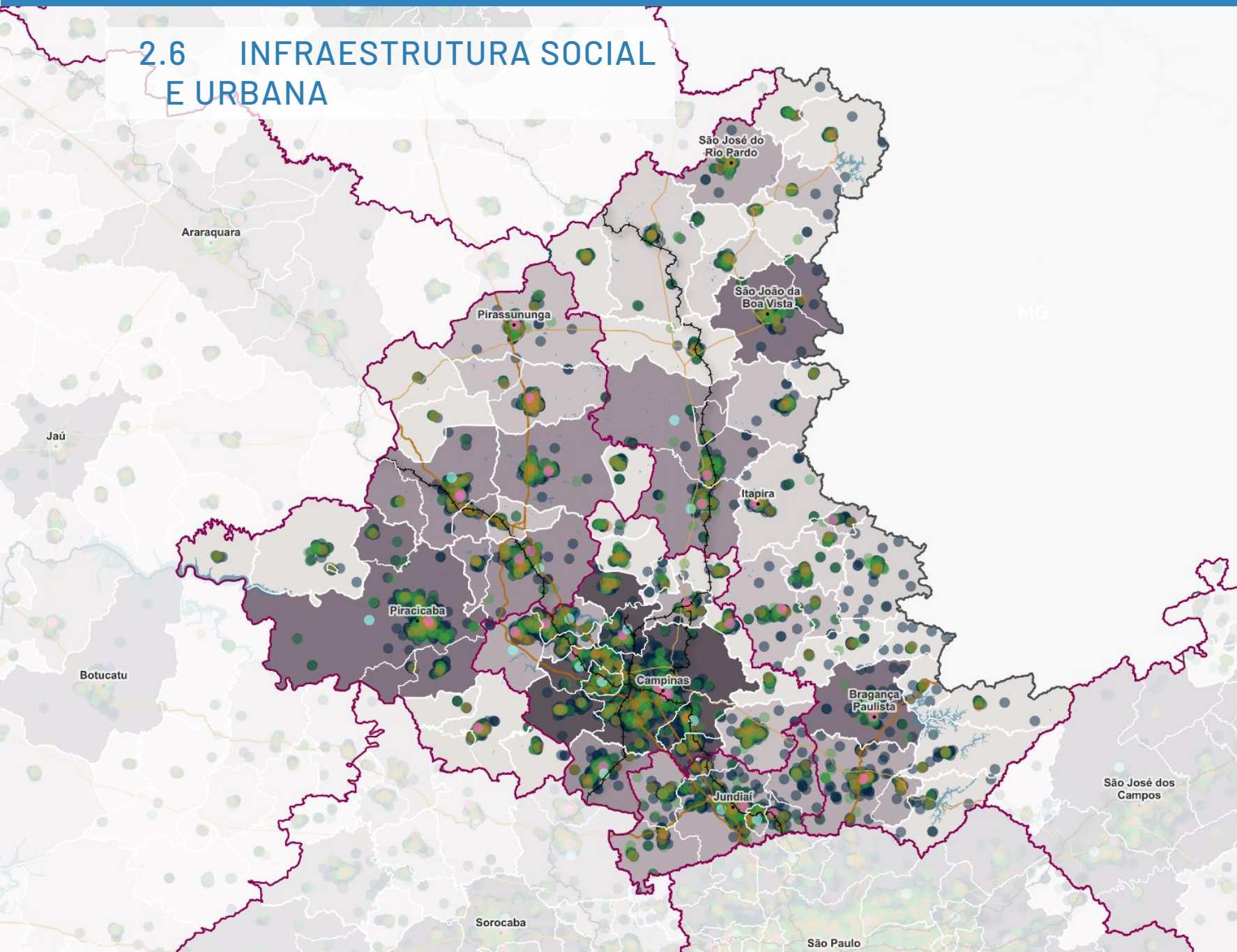
⁶ Rodovia Deputado Ciro Albuquerque, Rodovia Deputado Rogê Ferreira, Rodovia Eng. Paulo Nilo Romano, Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Rodovia Eng. João Baptista Cabral Rennó

mobilidade, como o Trem Intercidades (TIC) e o Trem Intermunicipal entre Jundiaí e Campinas (TIM).

Além disso, ao se comparar os óbitos em acidentes de trânsito por 100 mil habitantes com a média estadual, verifica-se que, de forma predominante, os municípios da região apresentam índices inferiores — incluindo os três que são sede de regiões metropolitanas.

Nesse caso, de forma contraintuitiva, a maior incidência de exceções ocorre na porção leste da região, em cidades que, muitas vezes, não integram nenhuma região metropolitana. Ainda assim, como todas as demais localidades da região, são amplamente atendidas pela malha rodoviária nos três níveis de enquadramento aqui adotados.

2.6 INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA



INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA - SÍNTESE

Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Equipamentos

- Saúde (SEADE, 2023)
- Educação (SEADE, 2023)
- Assistência Social (SEDS, 2024)
- Estádios de Futebol (CBF, 2016)
- Presença de um ou mais shopping centers no município (ABRASCE, 2024)
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Índice de Atração Geral, por AP (REGIC, 2018)

- 0 - 5.413
- 5.413 - 13.767
- 13.767 - 27.624
- 27.624 - 47.382
- 47.382 - 72.638
- 72.638 - 273.000
- 273.000 - 1.539.678

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2024)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

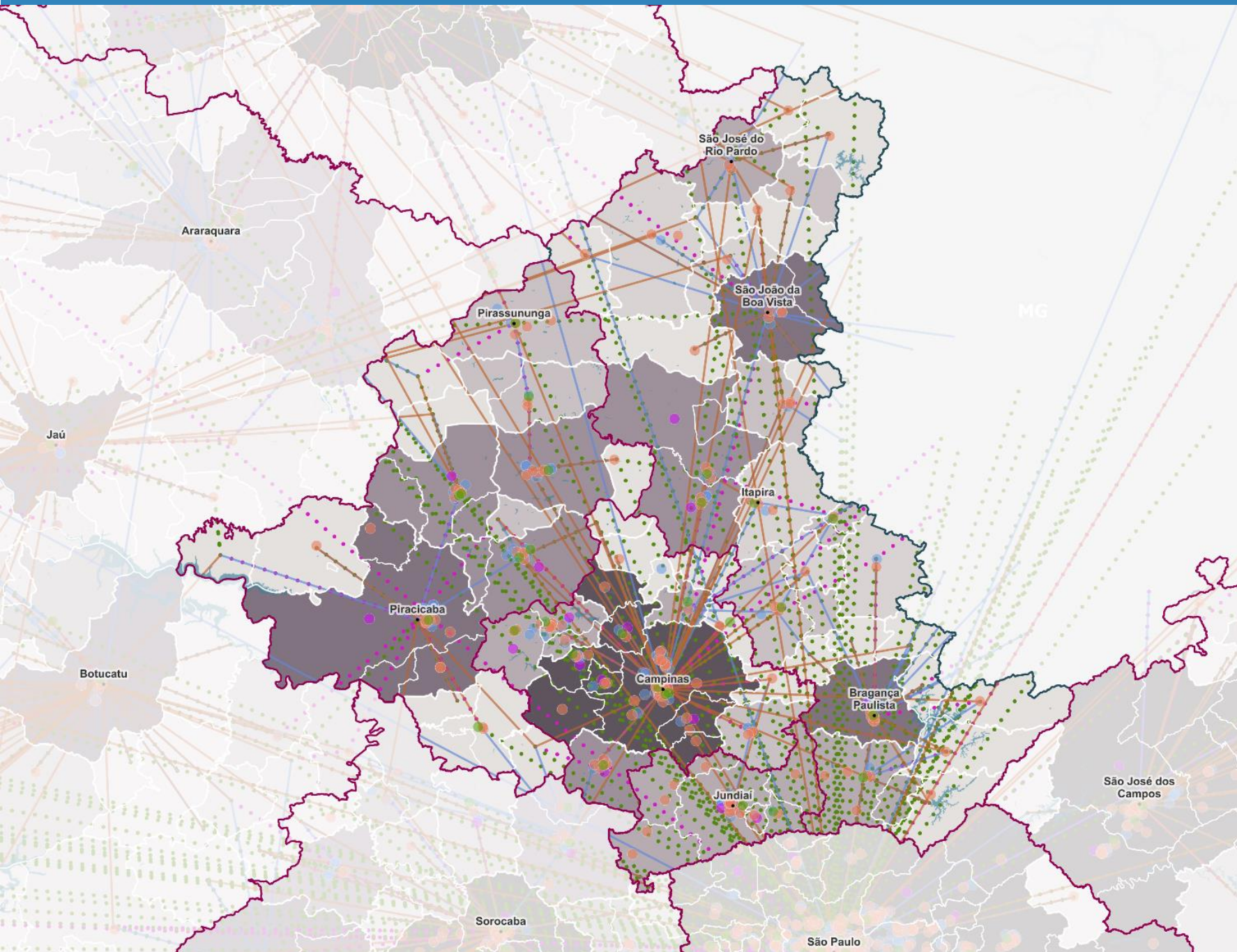
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



REDE DE CENTRALIDADES E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Motivos dos deslocamentos de primeira ordem (REGIC, 2018)

• • • Atividades Culturais

• • • Atividades Esportivas

— Ensino Superior

— Saúde de Alta Complexidade

Índice de Atração Geral, por AP (REGIC, 2018)

0 - 5.413

5.413 - 13.767

13.767 - 27.624

27.624 - 47.382

47.382 - 72.638

72.638 - 273.000

273.000 - 1.539.678

● Instituição de Ensino Superior (SEADE, 2023)

● Hospital (SEADE, 2023)

● Estádio de Futebol (CBF, 2016)

● Presença de um ou mais shopping centers no município (ABRASCE, 2024)

• Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

■ Massas d'Água (IBGE, 2023)

— Limites Municipais

— Regiões Metropolitanas

— Regionalização CDHU

— Estado de São Paulo

— Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

O levantamento dos dados sobre a infraestrutura social busca verificar o atendimento através de equipamentos e serviços públicos relacionados com a garantia dos **direitos sociais e fundamentais**, que dão suporte à vida cotidiana da população: **educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer**.

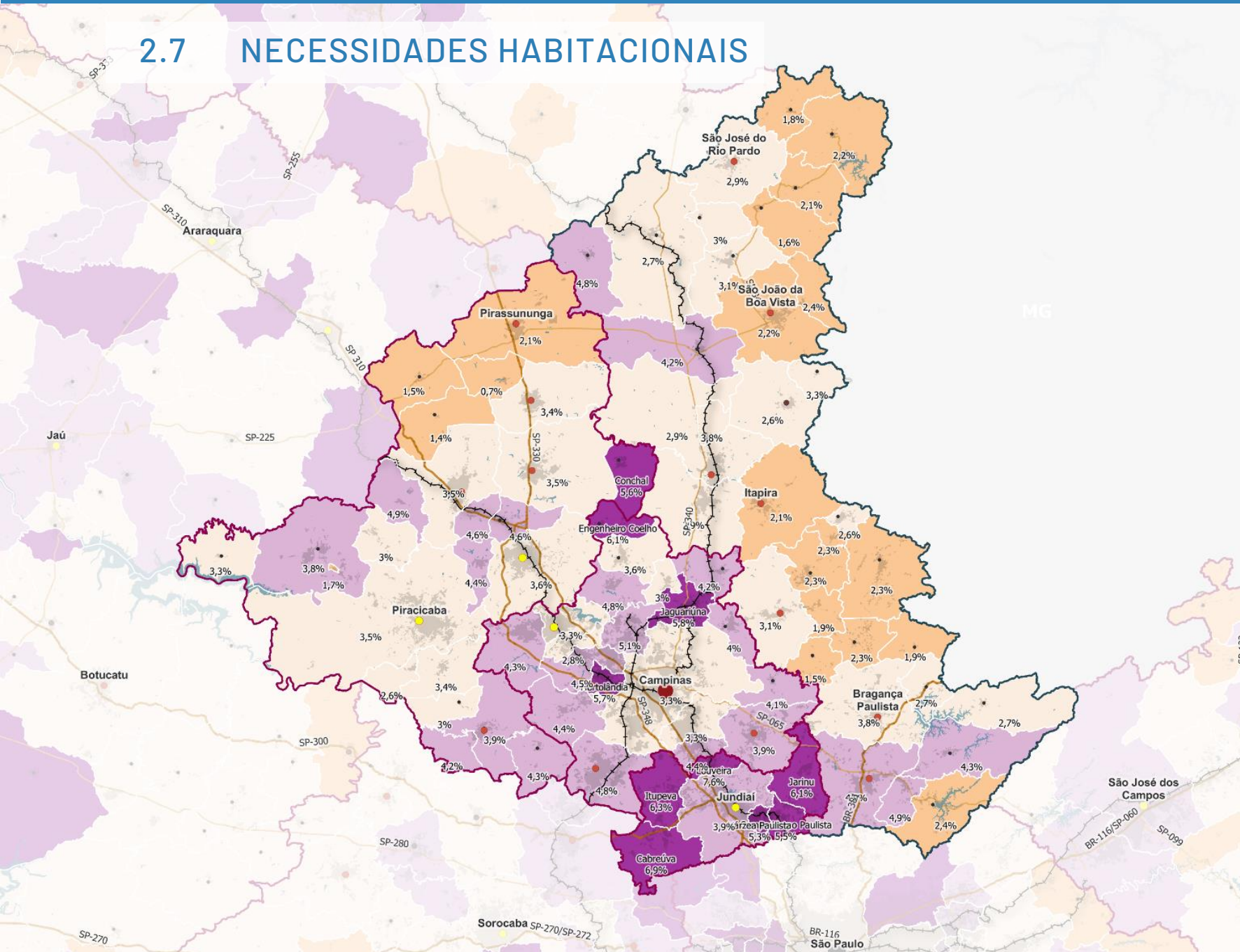
Nos temas educação e saúde, todos os 85 municípios da regionalização CDHU contam com, ao menos, uma Unidade Básica de Saúde (UBS), escolas municipais e estaduais. A regionalização apresenta 105 Instituições de Ensino Superior (24% públicas e 76% particulares), e, dos 173 hospitais regionais, 27 são públicos (01 federal, 06 estaduais e 20 municipais), sendo que os municípios de Campinas e Jundiaí concentram uma grande parte dos hospitais regionais (27%). Considerando a concentração dos equipamentos de saúde e educação na região, tem-se que o AP Campinas, o AP São João da Boa Vista e Bragança Paulista são os locais mais relevantes e atratores nesses dois temas.

A região apresenta os principais tipos de equipamentos de assistência social, e todos os municípios, exceto Itobi, possuem, ao menos, uma unidade de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), enquanto 52 apresentam CREAS e somente 11 apresentam Centros Pop. Vale ressaltar que os equipamentos de assistência social são dimensionados conforme a necessidade e abrangência territorial e populacional.

Os arranjos populacionais que atraem o maior volume de deslocamentos para **atividades esportivas e culturais** são AP Campinas e Bragança Paulista. Com relação a **equipamentos culturais e esportivos**, apenas 18% dos municípios da região contam com museus, embora 58% apresentem teatros e 87% apresentem bibliotecas. Os equipamentos esportivos são mais

populares, sendo que 96% dos municípios apresentam quadra e todos apresentam campos em seus territórios. Há 29 shopping centers nesta região, em apenas 6 municípios, sendo Campinas (8 unidades), Indaiatuba (3 unidades) e Jundiaí, Limeira, Mogi Guaçu e Santa Bárbara d'Oeste com 2 unidades em cada.

2.7 NECESSIDADES HABITACIONAIS



PORCENTAGEM DE DÉFICIT HABITACIONAL MUNICIPAL

Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Municípios e Arranjos Populacionais (REGIC, 2018)

- Metrópole
- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional A
- Centro Sub-Regional B
- Centro de Zona A
- Centro Local

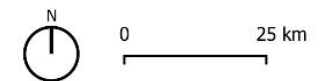
Percentual de Déficit Habitacional em Relação ao
Total de Domicílios (% - IBGE, 2010-2022; CDHU, 2024)

- Muito abaixo da média regional
 Abaixo da média regional
 Acima da média regional
 Muito acima da média regional

Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
— Rodovias Principais
+ + + + Ferrovia em Operação (MT, 2024)
 Área Urbanizada (IBGE, 2019)
 Massas d'Água
- - - - Limites Municipais

-  Regiões Metropolitanas
 Regionalização CDHU
 Estado de São Paulo

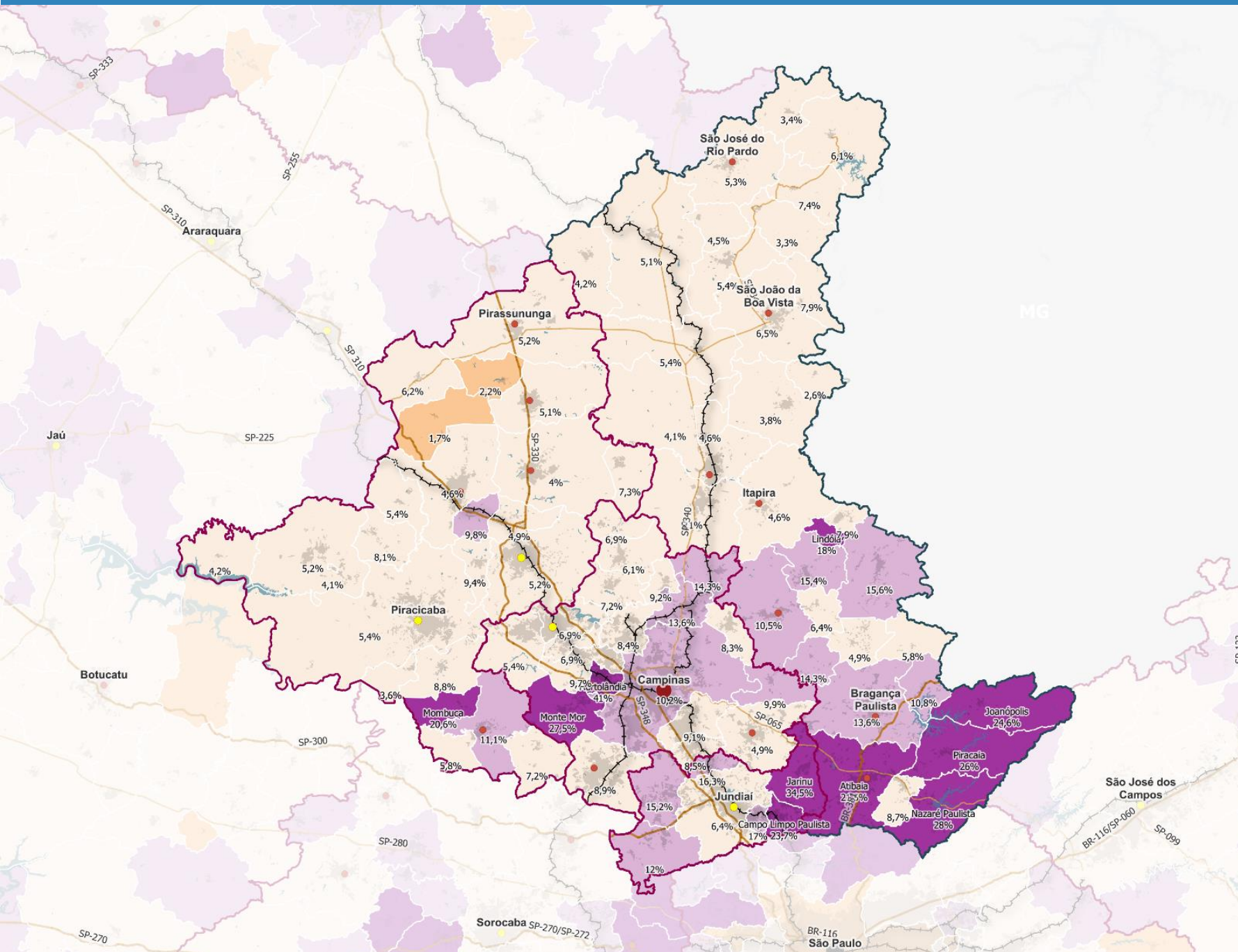


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL MUNICIPAL

Região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Municípios e Arranjos Popacionais (REGIC, 2018)

- Metrópole
- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional A
- Centro Sub-Regional B

Percentual de Inadequação Habitacional em Relação ao Total de Domicílios (% - IBGE, 2010-2022; CDHU, 2024)

- Muito Abaixo da Média Regional
- Abaixo da Média Regional
- Acima da Média Regional
- Muito Acima da Média Regional

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Massas d'Água

Limites Municipais

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A estimativa das necessidades habitacionais da população do Estado de São Paulo sempre é uma atividade desafiadora, em grande parte, devido à diversidade e ao dinamismo da realidade socioeconômica de sua população e regiões.

A identificação e dimensionamento das necessidades habitacionais estão relacionadas ao tipo de ação efetivada pela política habitacional para intervenção no território. A partir desta premissa, a presente avaliação se baseia na abordagem domiciliar com estimativa quantitativa de projeções do censo 2010 para cálculo de Inadequação Ajustada e Déficit Ampliado⁷.

A regionalização CDHU de Piracicaba-Campinas-Jundiaí corresponde a 14,6% da inadequação habitacional ajustada e 12,4% do déficit habitacional ampliado estadual, representando a segunda região que mais contribui para o total de necessidades habitacionais estaduais, atrás somente da regionalização de São Paulo. Assim, considerando que as necessidades habitacionais se relacionam linearmente com o porte populacional dos municípios, mesmo que os percentuais de participação sejam intermediários quando comparados à região de São Paulo, a região de Piracicaba-Campinas-Jundiaí apresenta significativas demandas habitacionais no contexto macro de priorização das ações de intervenção do Estado.

Campinas (14,61%), Jundiaí (6,35%) e Piracicaba (5,92%) são os municípios que mais contribuem para o percentual de déficit habitacional na regionalização, embora outros municípios que façam parte das regiões metropolitanas, assim como Hortolândia

(4,78%), Sumaré (4,48%), Indaiatuba (4,31%) e Limeira (3,98%), também apresentem uma participação significativa no total regional.

Com relação à inadequação habitacional, Campinas (17,17%), Hortolândia (12,95%) e Atibaia (5,33%) são os municípios que apresentam maior contribuição na regionalização. De forma geral, Campinas, que é o município de maior população da regionalização, é também o município com as maiores necessidades habitacionais.

Quando analisado o percentual destas duas dimensões em relação ao total de domicílios dos municípios da regionalização, observa-se que 41,2% dos municípios apresentam percentuais acima ou muito acima da média regional no que diz respeito ao déficit habitacional, enquanto 28,2% apresentam percentuais acima ou muito acima da média regional no que diz respeito à inadequação habitacional.

Os municípios de Jarinu, Campo Limpo Paulista e Hortolândia se sobressaem em ambas as dimensões em relação ao total de domicílios dos municípios da regionalização, com percentual muito acima da média regional. No geral, municípios pertencentes às regiões metropolitanas apresentam maiores déficits habitacionais, enquanto municípios a leste da região metropolitana de Jundiaí, destacam-se negativamente na dimensão de inadequação habitacional.

⁷ Extraído da metodologia MAPPA, desenvolvida por CDHU/UFABC para subsidiar o monitoramento do PE 2011-2023.

A stylized map of Brazil is visible in the background, rendered in a darker shade of blue than the background itself. The map shows the outline of the country, including its major islands and coastal features.

3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO REGIONAL

A região tem uma estrutura econômica bastante diversificada e apresentou na última década um grande dinamismo econômico, aumentando sua participação no PIB estadual em 17,7% e se consolidando como principal polo industrial e tecnológico do estado. Além disso, apresenta uma agricultura moderna, um diversificado setor de serviços e logístico, além de centros de pesquisa e universidades públicas e privadas.

Marcada por desafios ambientais e profundas desigualdades socioterritoriais, essa região concentra cerca de um quinto da área urbanizada do Estado de São Paulo. Configura-se como um polo multimetropolitano em processo de conurbação, caracterizado por elevada dinâmica imobiliária e intensa fragmentação do tecido urbano.

Apesar de apresentar indicadores socioeconômicos superiores à média estadual – com apenas 16% da população inscrita no CadÚnico – a região enfrenta desafios ambientais significativos, sobretudo nas regiões metropolitanas, com destaque para a crescente pressão sobre os recursos hídricos. O cenário de expansão urbana acelerada tem resultado na ocupação de áreas ambientalmente frágeis e na multiplicação de enclaves de vulnerabilidade social, que vão desde loteamentos irregulares e periféricos até favelas – onde vivem cerca de 216 mil pessoas.

A região também apresenta significativas disparidades intrarregionais, que se refletem inclusive em sua estrutura de governança, composta atualmente por três Regiões Metropolitanas e diversos municípios não metropolitanos. Assim, enquanto a RMC concentra empregos e infraestrutura, municípios das regiões Bragantina e Mogiana enfrentam desafios relacionados à mobilidade intermunicipal. Além disso, a governança

interfederativa tem se mostrado limitada na coordenação de funções públicas de interesse comum prioritárias, como a segurança hídrica. Esse cenário é agravado por um contexto de vulnerabilidade climática, marcado por riscos de escassez hídrica, ilhas de calor urbanas e alagamentos em áreas socialmente fragilizadas.

A região tem potencial para se tornar um modelo de metrópole policêntrica e sustentável, convergindo diretrizes de seus PDUIs para objetivos comuns relacionados aos eixos do PDUH 2040 – Meio Ambiente, Mobilidade Urbana e Habitação Social – promovendo projetos estratégicos com impacto regional, como ações visando recuperação ambiental e segurança hídrica com medidas compensatórias para pequenos municípios, e projetos regionais integrados de mobilidade e desenvolvimento urbano aliados à infraestruturas verde e azul.